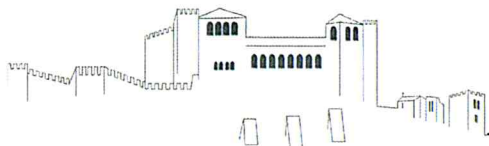


2016

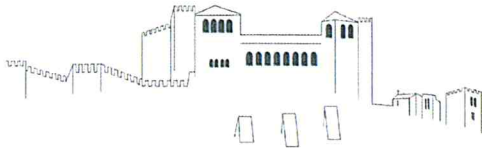
MUNICÍPIO DE LEIRIA
GRUPO AUTÁRQUICO

CONTAS CONSOLIDADAS



Índice

I.	Introdução	3
II.	Demonstrações Financeiras Consolidadas	4
II.1	Balanço Consolidado	5
II.2	Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza	7
II.3	Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais	8
III.	Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	9
III.1	Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas	10
III.2	Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada	14
III.3	Informações relativas aos procedimentos de consolidação	14
III.4.	Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos	14
III.5	Informações sobre saldos e fluxos financeiros	17
III.6	Informações relativas a compromissos	18
III.7	Informações relativas a políticas contabilísticas	18
III.8	Informações relativas a determinadas rubricas	21
III.9	Informações Diversas	26
IV.	Relatório de Gestão Consolidado	29



I - Introdução

Em 2016 e de acordo com o estipulado na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI) nomeadamente nos seus artigos 75.º e 76.º, os Municípios elaboram e aprovam as contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, de modo a que as mesmas sejam submetidas à apreciação da Assembleia Municipal durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

Assim, o grupo autárquico é composto pelo Município, como entidade mãe ou consolidante e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

Os documentos de prestação de contas consolidadas constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras:

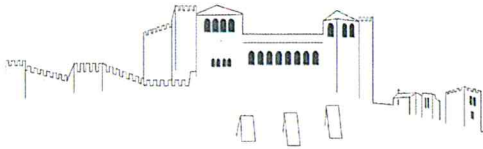
- Balanço Consolidado;
- Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza;
- Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais;
- Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

O Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas deve conter a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo e o mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

O Município de Leiria apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POCAL), relativas ao exercício de 2016, reportado à data de 31 de dezembro.

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo municipal foram efetuadas segundo as normas previstas na Portaria 474/2010, de 15 de junho, através da qual é aprovada a orientação n.º 1/2010, «Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo», que estabelece um conjunto de princípios que devem estar subjacentes à consolidação e contas.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, arranged vertically on the right margin.]



Município de Leiria

Grupo Autárquico



II. Demonstrações Financeiras Consolidadas

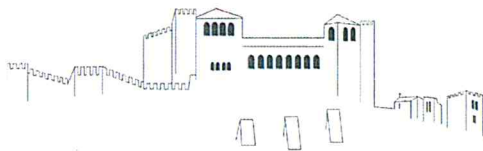
II.1 Balanço Consolidado

II.2 Demonstração Consolidada dos Resultados
por Natureza

II.3 Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de
Operações Orçamentais



[Handwritten notes in blue ink, including symbols like a star, 'A', 'N', 'f', 'Aa', and various scribbles.]



Município de Leiria

Grupo Autárquico

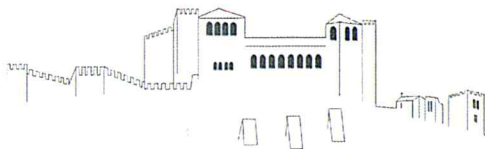
II.1 - Balanço Consolidado

ENTIDADE: Grupo Autárquico	Ano: 2016			Ano: 2015
	ACTIVO			
	Inicial			
DESCRIÇÃO	AB	A/P	AL	AL
ACTIVO				
IMOBILIZADO:				
Bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais	7 662 369,57	-	7 662 369,57	6 359 696,17
Outras construções e infra-estruturas	30 564 948,08	12 245 263,90	18 319 684,18	13 821 109,88
Bens do património histórico, artístico e cultural	101 297,73	788,82	100 508,91	101 007,11
Imobilizações em curso	23 914 513,62	-	23 914 513,62	23 287 557,24
	62 243 129,00	12 246 052,72	49 997 076,28	43 569 370,40
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	1 467 799,47	1 467 799,47	-	-
Despesas de investigação e desenv.	-	-	-	-
Propriedade industrial e out. dir.	2 290 800,39	1 998 875,24	291 925,15	319 997,45
Imobilizações em curso	260 330,52	-	260 330,52	260 330,52
	4 018 930,38	3 466 674,71	552 255,67	580 327,97
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	12 530 504,08	-	12 530 504,08	11 678 925,59
Edifícios e outras construções	185 413 230,68	66 188 627,27	119 224 603,41	108 751 647,29
Equipamento básico	19 149 754,98	15 600 289,86	3 549 465,12	3 216 742,63
Equipamento de transporte	1 439 098,48	1 333 961,35	105 137,13	123 575,97
Ferramentas e utensílios	154 323,69	146 289,63	8 034,06	10 290,24
Equipamento administrativo	5 507 756,91	4 256 765,64	1 250 991,27	907 509,73
Taras e Vasilhames	8 458,87	7 932,99	525,88	571,52
Outras imobilizações corpóreas	573 208,18	398 413,20	174 794,98	111 647,95
Imobilizações em curso	89 124 401,35	-	89 124 401,35	101 149 141,75
	313 900 737,22	87 932 279,94	225 968 457,28	225 950 052,67
Investimentos financeiros:				
Partes de capital	7 401 917,82	165 000,00	7 236 917,82	7 240 540,26
Investimentos em imóveis	1 591 755,95	93 917,14	1 497 838,81	1 516 654,00
Imobilizações em curso	10 829 503,33	-	10 829 503,33	10 822 878,33
Outras Aplicações Financeiras	87,39	-	87,39	-
	19 823 264,49	258 917,14	19 564 347,35	19 580 072,59
	399 986 061,09	103 903 924,51	296 082 136,58	289 679 823,63
CIRCULANTE:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	632 167,58	6 309,05	625 858,53	657 069,73
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-
Mercadorias	6 484,42	-	6 484,42	-
	638 652,00	6 309,05	632 342,95	657 069,73
Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
Empréstimos concedidos	360 000,00	360 000,00	-	360 000,00
Clientes, c/c	85 815,51	-	85 815,51	68 046,21
Contribuintes c/c	279 849,20	-	279 849,20	208 527,43
Utentes, c/c	2 918 788,60	-	2 918 788,60	2 654 725,64
Clientes de cobrança duvidosa	2 635 404,25	2 050 232,56	585 171,69	480 005,00
Devedores pela execução do orçamento	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	(17 584,78)	-	(17 584,78)	27 146,06
Administração autárquica	-	-	-	-
Outros devedores	2 012 311,48	-	2 012 311,48	2 098 238,69
	8 274 584,26	2 410 232,56	5 864 351,70	5 896 689,03
Títulos negociáveis:				
Outros títulos negociáveis	-	-	-	-
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos a Prazo	-	-	-	-
Depósitos bancários	48 631 817,68	-	48 631 817,68	33 464 937,83
Caixa	1 966,06	-	1 966,06	5 824,32
	48 633 783,74	-	48 633 783,74	33 470 762,15
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
Acrescimos de proveitos	29 968 213,52	-	29 968 213,52	28 090 603,70
Custos diferidos	362 755,76	-	362 755,76	321 294,20
	30 330 969,28	-	30 330 969,28	28 411 897,90
Total de amortizações		103 645 007,37		
Total de provisões		2 675 458,75		
Total do activo	487 864 050,37	106 320 466,12	381 543 584,25	358 116 242,44

Prestação de Contas Consolidadas 2016

• Largo da República, 2414-006 Leiria • N.I.P.C.: 505 181 266 •

• Telef.: 244 839 500 • N.º Verde: 800 202 791 • Sítio: www.cm-leiria.pt • email: cmleiria@cm-leiria.pt •

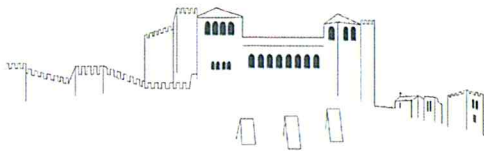


Município de Leiria

Grupo Autárquico

ENTIDADE: Grupo Autárquico	Ano: 2016			Ano: 2015
	PASSIVO			
DESCRICÃO	Inicial	AJE	Final	Final
FUNDOS PRÓPRIO E PASSIVO				
Fundos Próprio:				
Património	114 653 103,90	-	114 653 103,90	101 221 272,03
Prestações suplementares	-	-	-	-
Prémios de emissão de acções (quotas)	-	-	-	-
Ajustamentos de partes de capital em associadas	212 704,58	-	212 704,58	217 314,79
Reservas de reavaliação	163 047,40	-	163 047,40	163 047,40
Reservas:	-	-	-	-
Reservas legais	23 958 057,70	-	23 958 057,70	22 913 074,54
Reservas estatutárias	-	-	-	-
Reservas livres	55 673,33	-	55 673,33	55 673,33
Subsídios	58 178,59	-	58 178,59	58 178,59
Reservas Doações	5 829 297,21	-	5 829 297,21	5 812 471,86
Reservas Transf. Activos	12 642 027,38	-	12 642 027,38	12 642 027,38
Resultados transitados	44 932 848,07	-	44 932 848,07	32 840 298,86
Subtotal	202 501 676,50	-	202 504 938,16	175 923 358,78
Resultado líquido do exercício	29 609 676,30	(43 557,56)	29 653 233,86	21 019 128,82
Total dos Fundos Próprios	232 111 352,80	(43 557,56)	232 158 172,02	196 942 487,60
Passivo:				
Provisões para riscos e encargos:				
Outras provisões para riscos e encargos	6 844 759,32	-	6 844 759,32	11 467 072,07
	6 844 759,32	-	6 844 759,32	11 467 072,07
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:				
Dívidas a instituições de crédito	36 780 703,92	-	36 780 703,92	42 997 269,83
Empréstimos obtidos	-	-	-	-
Outros credores	1 898 587,79	-	1 898 587,79	2 373 234,79
Fornecedores de imobilizado	-	-	-	856 883,52
Empresas do grupo	-	-	-	-
Administração Autárquica	295 340,95	-	0,05	0,05
	38 974 632,66	-	38 679 291,76	46 227 388,19
Dívidas a terceiros - Curto prazo:				
Empréstimos obtidos	3 959 382,62	-	3 959 382,62	5 113 176,78
Fornecedores, c/c	1 470 551,82	-	1 470 551,82	1 207 586,75
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	367 564,83	-	367 564,83	257 293,62
Credores pela execução orçamento	-	-	-	-
Adiantamentos de clientes	313 900,48	-	313 900,48	305 125,87
Fornecedores de imobilizado, c/c	202 283,58	-	202 283,58	371 503,84
Estado e outros entes públicos	358 606,26	92 104,78	266 501,48	280 026,01
Administração Autárquica	-	-	-	-
Outros credores	1 801 127,06	-	1 801 127,06	1 771 559,62
Garantias e cauções	971 725,45	-	971 725,45	998 317,46
	9 445 142,10	92 104,78	9 353 037,32	10 304 589,95
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de custos	3 747 930,89	1 299 309,71	2 448 621,18	2 418 958,36
Proveitos diferidos	92 059 702,65	-	92 059 702,65	90 755 746,27
	95 807 633,54	1 299 309,71	94 508 323,83	93 174 704,63
Total do Passivo	151 072 167,62	1 391 414,49	149 385 412,23	161 173 754,84
Total dos Fundos Prop. e do Passivo	383 183 520,42	1 347 856,93	381 543 584,25	358 116 242,44

Prestação de Contas Consolidadas 2016



II.2 - Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza

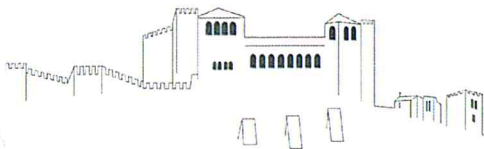
Entidade: Grupo Autárquico

CUSTOS E PERDAS		2016	2015
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Mercadorias	19 555,58	584,05
	Matérias	748 880,32	860 378,20
		768 435,90	860 962,25
62	Fornecimentos e serviços externos	25 346 847,39	26 147 105,69
	Custos com o pessoal:		
641+642	Remunerações	12 201 724,39	12 228 688,11
643 a 648	Encargos sociais	3 341 657,43	3 457 187,51
63	Transferências e Sub Corr Conc e Prest Sociais	2 858 410,98	1 424 262,36
66	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	8 809 450,82	8 174 543,61
67	Provisões	883 090,02	9 087 555,85
		28 094 333,64	34 372 237,44
	Impostos	-	-
65	Outros custos operacionais	362 883,35	213 049,18
	Total A)	54 572 500,28	61 593 354,56
	Perdas em empresas do grupo	-	-
68	Outros juros e custos similares	1 183 690,42	1 380 815,82
	Total C)	55 756 190,70	62 974 170,38
69	Custos e perdas extraordinários	4 554 396,17	2 855 652,87
	Total E)	60 310 586,87	65 829 823,25
	Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-
	Total G)	60 310 586,87	65 829 823,25
88	Resultado líquido do exercício consolidado	29 653 233,86	21 019 128,82
		89 963 820,73	86 848 952,07
PROVEITOS E GANHOS		2016	2015
	Vendas e prestações de serviços		
7111	Mercadorias	10 295,52	631,48
7112+7112	Produtos	9 285 733,44	8 868 875,44
712	Prestações de serviços	13 198 602,61	11 013 065,70
		22 494 631,57	19 882 572,62
72	Impostos e Taxas	33 308 931,15	31 865 784,93
	Variação da produção	-	-
75	Trabalhos para própria Entidade	72 816,50	86 967,28
73	Proveitos suplementares	66 703,55	23 771,52
74	Transfe Subsídios Obtidos	20 522 007,19	19 957 154,15
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	62 612,59	71 397,34
		54 033 070,98	52 005 075,22
	Total B)	76 527 702,55	71 887 647,84
	Ganhos em empresas do grupo	-	-
78	Outros juros e proveitos similares	3 410 067,97	3 554 464,23
		3 410 067,97	3 554 464,23
	Total D)	79 937 770,52	75 442 112,07
79	Proveitos e ganhos extraordinários	10 026 050,21	11 406 840,00
	Outros	-	-
		10 026 050,21	11 406 840,00
	Total F)	89 963 820,73	86 848 952,07
	Resultados Operacionais (B)-(A):	21 955 202,27	10 294 293,28
	Resultados Financeiros (D-B)-(C-A):	2 226 377,55	2 173 648,41
	Resultados Correntes (D-C)	24 181 579,82	12 467 941,69
	Resultado Líquido Consolidado (F-G):	29 653 233,86	21 019 128,82
	Resultados Extraordinários	5 471 654,04	8 551 187,13

Prestação de Contas Consolidadas 2016

• Largo da República, 2414-006 Leiria • N.I.P.C.: 505 181 266 •

• Telef.: 244 839 500 • N.º Verde: 800 202 791 • Sítio: www.cm-leiria.pt • email: cmleiria@cm-leiria.pt •



II.3 – Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados de Operações Orçamentais

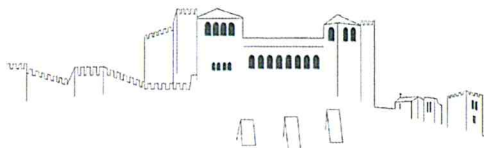
Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da gerência anterior	33 473 908,80	Despesas Orçamentais	72 555 870,82
Execução orçamental	31 391 292,97	Correntes	48 154 382,52
Operações de tesouraria	2 082 615,83	Capital	24 401 488,30
Receitas Orçamentais	87 792 640,05	Operações de Tesouraria	4 359 694,51
Correntes	80 127 027,31		
Capital	7 439 172,66	Saldo para a gerência seguinte	48 633 783,74
Outras	226 440,08	Execução orçamental	46 628 062,20
Operações de Tesouraria	4 282 800,22	Operações de tesouraria	2 005 721,54
Total	125 549 349,07	Total	125 549 349,07

O Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo autárquico, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo autárquico como um todo durante o ano de 2016 aparece refletido no mapa supra, verificando-se que as entradas de fundos correspondem a €92.075.440,27, sendo €87.792.640,05 provenientes de receitas orçamentais e €4.282.800,22 resultantes de operações de tesouraria.

Desta forma, sendo a despesa global de €72.555.870,82 em termos orçamentais, inferior em €15.236.769,23 em relação à receita efectivamente cobrada e existindo um saldo inicial de €31.391.292,97, o saldo a transitar para o ano seguinte é de €46.628.062,20.

Ao saldo anteriormente referido, crescem €2.005.721,54 como saldo de operações de tesouraria.

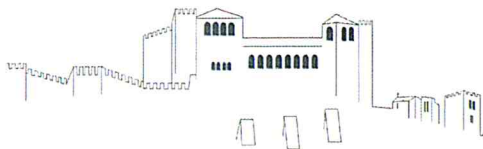


★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★

III. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

- III.1 Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas
- III.2 Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada
- III.3 Informações relativas aos procedimentos de consolidação
- III.4 Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos
- III.5 Informações sobre saldos e fluxos financeiros
- III.6 Informações relativas a compromissos
- III.7 Informações relativas a políticas contabilísticas
- III.8 Informações relativas a determinadas rubricas
- III.9 Informações Diversas

★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★



III.1 Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

III.1.1. Entidades incluídas no perímetro de consolidação

De acordo com a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), tendo em conta as normas previstas na Portaria 474/2010, de 15 de junho, através da qual é aprovada a orientação n.º 1/2010, que estabelece um conjunto de princípios que devem estar subjacentes à consolidação e contas e face às instruções do grupo de trabalho SATAPOCAL, as entidades que, para além do Município, fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Autárquico as empresas do setor empresarial local detidas na totalidade e os serviços municipalizados.

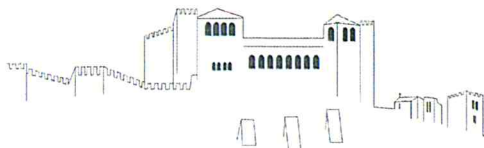
Assim, à data de 31 de dezembro de 2016, o grupo consolidante é o seguinte:

Entidades	Sede Social	Actividade Principal	N.º Trabalhadores	% de capital	Obs.
Município de Leiria	Largo da República, Leiria	Atividades nos seguintes domínios: equipamento rural e urbana, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, acção social, habitação, proteção civil, ambiente e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo, polícia municipal e cooperação externa;	642	NA	a)
Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	Apartado 71 - EC Marrazes - 2416-757 Leiria	Captação, tratamento e distribuição de água para consumo doméstico, industrial, comercial, público e outro. Prestação de serviços de saneamento com recolha e transporte de águas residuais;	134	100%	b)
Teatro José Lúcio da Silva	Av. Heróis de Angola, Leiria	Produção de espetáculos e actividades culturais;	21	100%	c)

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

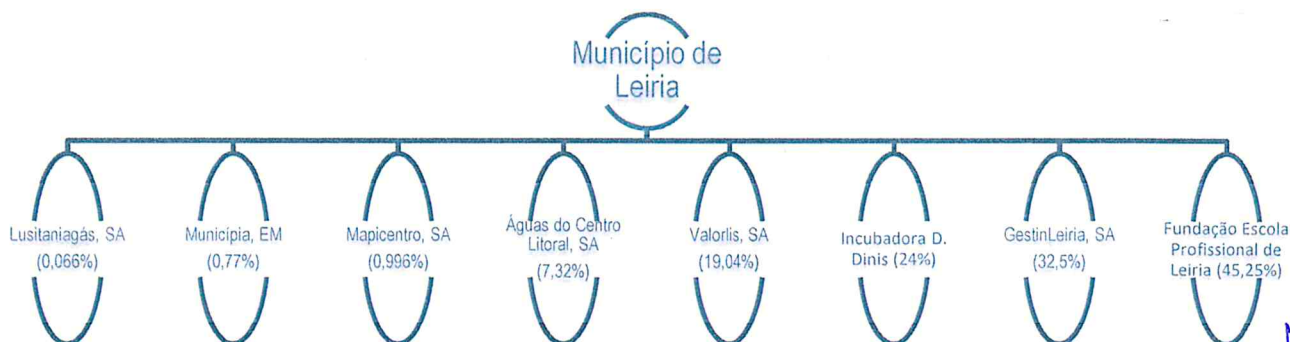
b) Entidade controlada a 100% pelo Município de Leiria, de acordo com a alínea a) do n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

c) Entidade considerada como serviço municipalizado no processo de consolidação, sendo controlada a 100% pelo Município de Leiria



III.1.2. Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

O Município de Leiria detém outras participações em entidades com percentagem inferiores a 100% e onde não existe qualquer relação de domínio.



Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, SA

Concessionária de serviço público de distribuição de gás natural na Região Centro, foi constituída em 30 de Janeiro de 1992, tem sede em Aveiro e assinou o Contrato de Concessão com o Estado Português a 16 de Dezembro de 1993, tendo iniciado a sua atividade no ano seguinte.

Municipia, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M, SA

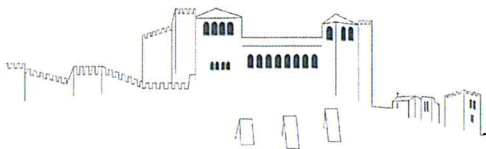
É uma sociedade anónima, enquadrada juridicamente no sector empresarial local, que opera nas áreas da fotografia aérea, cadastro, cartografia, formação, consultoria, sistemas de informação geográfica e desenvolvimento de aplicações. Atua no território continental, nas regiões autónomas e também em África. Foi fundada em 1999 e está sediada no TagusPark, em Oeiras.

Mapicentro - Sociedade de Abate, Comercialização e Transformação de Carnes e Subprodutos SA,

A sociedade tem por objeto a atividade de abate de gado, dando sempre prioridade aos abates a efetuar em regime de prestações de serviços a terceiros para abastecimentos público em carnes verdes dos concelhos de Alcobaça, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Pombal e Porto de Mós e ainda a industrialização de carnes, seus produtos e derivados e tem a sua sede em Leiria.

Águas do Centro Litoral, SA

A partir de 30 de junho de 2015, data de entrada em vigor do Decreto-lei n.º 92/2015, de 29 de maio, o sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento de águas residuais do baixo Mondego – Bairrada (Águas do Mondego, S.A.) e sistema multimunicipal de saneamento do Lis (Simlis, S.A.), entre outros, passaram a integrar, por agregação, o novo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Centro Litoral, cuja denominação social da entidade é Aguas do Centro Litoral, S.A.



Assim, as participações que o Município de Leiria detinha nas entidades agora agregadas, converteram-se na participação nas Aguas do Centro Litoral, S.A., cuja principal atividade é o tratamento de águas residuais após a sua recolha e ainda a captação, tratamento e distribuição de águas.

Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA

Criada a 6 de Agosto de 1996, pelo Decreto-Lei 116/96, é uma empresa participada pela EGF - Empresa Geral de Fomento, S.A. e pelos Municípios de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém, Pombal e Porto de Mós e está sediada em Leiria. O seu objetivo é a valorização e tratamento dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) da Alta Estremadura.

Incubadora D. Dinis

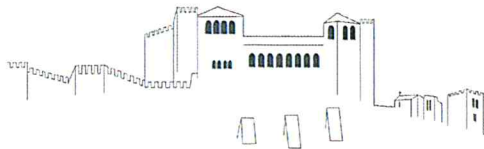
Entidade criada em julho de 2014 pelo Instituto Politécnico de Leiria, Nerlei e Município de Leiria, com a colaboração do Instituto Pedro Nunes e com sede em Leiria. Tem como missão criar uma infra-estrutura que responda às necessidades atuais e futuras da Região ao nível da produção científica, do acolhimento a entidades e empresas de elevado potencial tecnológico, da formação avançada em ciência e tecnologia e do fomento ao empreendedorismo empresarial em áreas tecnológicas.

GestinLeiria, Parques Empresariais de Leiria, SA

A atividade da GestinLeiria, S.A. traduz-se na criação das condições práticas indispensáveis para a operacionalização do Parque Empresarial de Leiria e está sediada em Leiria.

Fundação Escola Profissional de Leiria

Foi criada no dia 4 de Outubro de 1989, data da celebração do contrato-programa que lhe conferiu existência legal, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 26/89, de 21 de Janeiro, com a alteração publicada no 3º suplemento da 1ª série do D.R. de 31 de Janeiro de 1989. Foram outorgantes, o Estado, representado pelo Gabinete de Educação Tecnológica Artística e Profissional, a Câmara Municipal de Leiria e a Associação Comercial de Leiria, hoje Associação Comercial e Industrial de Leiria. A 1 de Agosto de 1999, passou a designar-se Fundação Escola Profissional de Leiria. Porém, os seus objetivos mantêm-se: assegurar a consolidação do projeto da EPL, abrindo-o à participação de instituições e pessoas singulares, aprofundando a inserção da escola na região e reforçando os meios indispensáveis ao desenvolvimento das atividades de formação profissional inicial e contínua, atividades de inserção na vida ativa e outras a que se vem dedicando ou que, no futuro, seja útil realizar na prossecução dos fins da Fundação. A sede da fundação é em Leiria.



Nos termos do disposto na Portaria n.º 474/2010, de 1 de Julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010, «Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo», foi aplicado o Método de Equivalência Patrimonial como critério valorimétrico para as participações financeiras. De acordo com alínea c) do ponto 6.5 da Orientação n.º 1/2010, o Método de Equivalência Patrimonial aplica-se quando uma entidade pertencente ao grupo público exerce influência significativa sobre a gestão operacional e financeira de uma entidade.

Para efeitos de aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a Orientação n.º 1/2010 remete-nos para a Norma de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) n.º 13, publicada no Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro. De acordo com o parágrafo 19 da NCRF n.º 13, uma entidade tem influência significativa se detiver 20% ou mais do poder de voto na entidade participada.

As entidades a enquadrar neste âmbito são as seguintes:

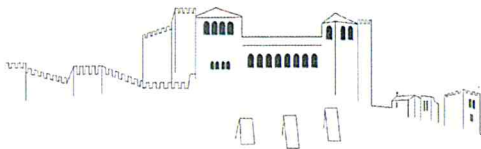
Entidade	%	Valor Aquisição Participação
Fundação Escola Profissional	45%	50.000,00
GestinLeiria, SA	32,5%*	162.500,00
Incubadora D. Dinis	24%	47.500,00

*Por deliberação da Camara Municipal de 28 de dezembro de 2010 e aprovação pela Assembleia Municipal na sua sessão de 25 de fevereiro de 2011, foi decidido aumentar a participação no capital da empresa GestinLeiria, pela via da aquisição da participação detida pelo NERLEI.

As participações financeiras detidas pelo Município e em que este não tem influência significativa, ou seja as inferiores a 20%, encontram-se registadas ao custo de aquisição. Sempre que o custo de aquisição é inferior ao preço de mercado devem ser constituídas provisões para depreciação de investimentos financeiros.

Nestes termos, o Município detém as seguintes participações à data de 31 de dezembro de 2016:

Entidade	%	Valor Aquisição Participação
Valorlis, SA	19,04%	380.800,00
Águas do Centro Litoral, SA	7,32%	2.942.781,00
Centimfe	1,00%	3.741,00
Mapicentro, SA	0,99%	22.750,00
Municípiã, SA	0,77%	24.950,00
Lusitaniagás, SA	0,07%	13.615,00



III.2 – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

No exercício de 2016, não foram identificados acontecimentos que possam colocar em causa a imagem verdadeira e apropriada das contas do grupo autárquico municipal.

III.3 – Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Tendo em consideração o perímetro de consolidação e à semelhança dos anos transactos aplicou-se ao processo de consolidação o método de integração integral. Este método consiste na integração no Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa de operações orçamentais da entidade consolidante com os elementos respectivos dos Balanços, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa de operações orçamentais das entidades consolidadas.

Para garantir uma homogeneização da informação das diversas entidades incluídas no perímetro de consolidação, os documentos de prestação de contas do Teatro José Lúcio da Silva, foram convertidos para o POCAL, através das reclassificações e ajustamentos necessários, uma vez que são elaboradas em SNC – Sistema de Normalização Contabilística.

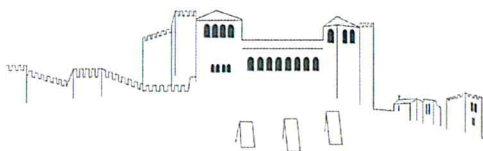
Nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento foram anuladas as operações internas referentes a resíduos sólidos, empréstimos, tarifas de ligação de saneamento e consumo de água. Foram ainda, anulados os saldos das contas 26.4 – Administração Autárquica relativa a empréstimos e quantias de dívidas cobradas coercivamente.

No que se refere ao Teatro José Lúcio da Silva foram anuladas as operações referentes aos subsídios obtidos e à prestação de serviços efetuada ao Município.

III.4 – Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos

O total das dívidas a terceiros de curto, médio e longo prazo das entidades que compõem o grupo autárquico encontra-se espelhado no mapa infra e perfaz o montante de €48.127.227,80.

Encontram-se ainda identificadas as operações não orçamentais, tais como por exemplo as cauções, as garantias ou as retenções a entregar a outras entidades e o valor da contribuição do município para o Fundo Apoio Municipal (FAM).



Município de Leiria

Grupo Autárquico

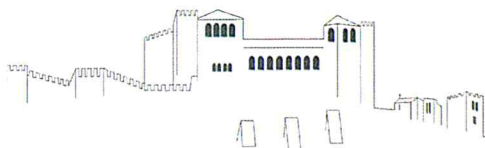
Conta	Descrição	Município	SMAS*	TJLS	Total	Observações
21	Clientes	76 534,14	326 976,65	0,00	403 510,79	
217	Clientes e utentes com cauções	76 534,14	13 076,17	0,00	89 610,31	Não Orçamental
219	Adiantamento de Clientes, Contrib. e Utentes		313 900,48		313 900,48	Curto Prazo
22	Fornecedores	299 512,16	1 442 892,36	7 357,41	1 749 761,93	
221	Fornecedores c/c	20 302,05	1 442 892,36	7 357,41	1 470 551,82	Curto Prazo
228	Fornecedores em receção e conferencia	279 210,11	0,00	0,00	279 210,11	Curto Prazo
23	Empréstimos obtidos	40 740 086,54	0,00	0,00	40 740 086,54	
2311	Empréstimos obtidos - curto prazo	3 959 382,62	0,00	0,00	3 959 382,62	Curto Prazo
2312	Empréstimos obtidos - medio e longo prazo	36 780 703,92	0,00	0,00	36 780 703,92	Longo Prazo
24	Estado e Outros entes públicos	331 935,82	1 678,02	24 992,42	358 606,26	
242	Retenção de impostos sobre rendimentos	84 359,18	0,00	1 666,66	86 025,84	
2421	Trabalho dependente	81 465,00	0,00	1 666,66	83 131,66	Não Orçamental
2422	Trabalho independente	367,18	0,00	0,00	367,18	Não Orçamental
2424	Prediais	625,00	0,00	0,00	625,00	Não Orçamental
2425	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	Não Orçamental
2428	Sobretaxa extraordinaria	1 902,00	0,00	0,00	1 902,00	Não Orçamental
2429	Sobre outros rendimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	Não Orçamental
243	Imposto sobre o valor acrescentado	9 108,08	1 125,11	17 581,30	27 814,49	
2436	IVA a pagar	9 108,08	1 125,11	17 581,30	27 814,49	Curto Prazo
244	Restantes Impostos	808,65	0,00	0,00	808,65	
2441	Imposto de Selo	808,65	0,00	0,00	808,65	Não Orçamental
245	Contribuições para a Segurança Social	236 244,18	504,06	5 744,46	242 492,70	
2451	CGA	183 283,52	39,73	0,00	183 323,25	
24511	CGA - Descontos de Pessoal	58 271,79	39,73	0,00	58 311,52	Não Orçamental
24512	CGA - Encargos da Entidade	125 011,73	0,00	0,00	125 011,73	Curto Prazo
2453	Instituto Gestão Financeira Segurança Social	52 960,66	452,31	5 744,46	59 157,43	
24531	IGFSS - Descontos de Pessoal	17 145,80	143,18	0,00	17 288,98	Não Orçamental
24532	IGFSS - Encargos da Entidade	35 814,86	309,13	5 744,46	41 868,45	Curto Prazo
2452	Montepio Servidores Estado	0,00	12,02	0,00	12,02	Não Orçamental
246	Serviço Estrangeiros e Fronteiras	1 415,73	0,00	0,00	1 415,73	Não Orçamental
247	Direção Geral dos Impostos - Penhoras	0,00	0,00	0,00	0,00	Não Orçamental
248	Tribunais - penhoras	0,00	0,00	0,00	0,00	Não Orçamental
249	OSPML	0,00	48,85	0,00	48,85	Não Orçamental
26	Outros devedores e credores	4 102 222,43	726 800,30	46 239,55	4 875 262,28	
261	Fornecedores de imobilizado	1 121 674,27	686 260,00	0,00	1 807 934,27	
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	151 204,41	51 079,17	0,00	202 283,58	Curto Prazo
2612	Fornecedores de imobilizado - garantias	882 115,14	635 180,83	0,00	1 517 295,97	Não Orçamental
2618	Fornecedores de imobilizado c/c conferencia	88 354,72	0,00	0,00	88 354,72	Curto Prazo
262	Pessoal	61 654,30	0,00	0,00	61 654,30	
2621	Remunerações a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	Curto Prazo
2629	Outras operações c/o Pessoal	61 654,30	0,00	0,00	61 654,30	Não Orçamental
263	Sindicatos	1 568,74	0,00	5,30	1 574,04	Não Orçamental
264	Dividas Cobradas Coercivamente - SMAS	3 261,66	0,00	0,00	3 261,66	Não Orçamental
266	Internalização	192 494,56	0,00	0,00	192 494,56	Curto Prazo
268	Devedores e credores diversos	2 721 568,90	40 540,30	46 234,25	2 808 343,45	
2681	Outros Credores Diversos	802,34	1 677,32	0,00	2 479,66	Não Orçamental
2683	Credores Administrações Públicas - FAM	2 373 234,79	0,00	0,00	2 373 234,79	
26831	Fundo Apoio Municipal - M/L prazo	1 898 587,79	0,00	0,00	1 898 587,79	FAM
26832	Fundo Apoio Municipal - curto prazo	474 647,00	0,00	0,00	474 647,00	FAM
2684	Credores de transferencias das autarquias	299 711,76	0,00	0,00	299 711,76	Curto Prazo
2685	Credores por descontos de pessoal	10 340,04	0,00	0,00	10 340,04	Não Orçamental
2686/9	Credores diversos - Outros	0,00	38 862,98	46 234,25	85 097,23	Curto Prazo
		37 479,97	0,00	0,00	37 479,97	Não Orçamental
Total das Dividas a Terceiros		45 550 291,09	2 498 347,33	78 589,38	48 127 227,80	
Contribuição do Município para o FAM		2 373 234,79	0,00	0,00	2 373 234,79	
Total das Dividas a Terceiros sem o FAM		43 177 056,30	2 498 347,33	78 589,38	45 753 993,01	
Dividas a terceiros - Médio e longo prazo		36 780 703,92	0,00	0,00	36 780 703,92	
Dividas a terceiros - Curto Prazo		5 198 074,87	1 848 169,23	76 917,42	7 123 161,52	
Divida Não Orçamental - Operações de Tesouraria		1 198 277,51	650 178,10	1 671,96	1 850 127,57	

* Na dívida dos SMAS não foi considerado o saldo credor da conta 26.4, relativa aos empréstimos, dado que estes já se encontram relevados na dívida do Município

Prestação de Contas Consolidadas 2016

• Largo da República, 2414-006 Leiria • N.I.P.C.: 505 181 266 •

• Telef.: 244 839 500 • N.º Verde: 800 202 791 • Sítio: www.cm-leiria.pt • email: cmleiria@cm-leiria.pt •



Após movimentos de consolidação, ou seja, agregação dos diferentes elementos, segundo a sua natureza e eliminação das operações internas, nomeadamente créditos e débitos das entidades que integram o perímetro de consolidação, elaborou-se o seguinte mapa de endividamento consolidado:

Dívida após movimentos de Consolidação	
Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazos	38 679 291,76
Empréstimos obtidos	36 780 703,92
Outros credores e FAM	1 898 587,84
Dívidas a Terceiros de Curto Prazo	9 353 037,32
Empréstimos obtidos - curto prazo	3 959 382,62
Fornecedores, c/c	1 838 116,65
Adiantamentos de clientes	313 900,48
Fornecedores de imobilizado, c/c	202 283,58
Estado e outros entes públicos	266 501,48
Outros credores e FAM	1 801 127,06
Garantias e cauções	971 725,45
Total da Dívida Consolidada	48 032 329,08

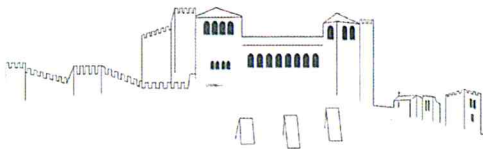
Verifica-se que o total da dívida consolidada a terceiros, à data de 31 de dezembro de 2016, é de €48.032.329,08.

Destes valores fazem parte as dívidas de curto prazo, no montante de €9.353.037,32, onde se encontra refletido o montante de €3.959.382,62 relativo às amortizações a liquidar no ano seguinte.

A dívida de longo prazo totaliza €38.679.291,76 e diz respeito à parte dos empréstimos cujo vencimento vai para além de 2017 e que se cifra em €36.780.703,92. Reflete também, o montante de €1.898.587,84 relativo à parte do Fundo de Apoio Municipal, cujo prazo é superior a 1 ano.

Maturidade e Natureza da Dívida Bruta

As dívidas a terceiros de longo prazo, vencíveis a 4 ou mais anos, encontram-se espelhadas no mapa infra, bem como a finalidade para a qual foram contraídas.



III.6 – Informações relativas a compromissos

Os compromissos relativos a exercício futuros do grupo autárquico são os seguintes:

Rubrica Orçamental	Município	SMAS	Total
Despesas com Pessoal	50 249,93		50 249,93
Aquisição de Bens e Serviços	6 812 548,95		6 812 548,95
Transferências Correntes	1 676 430,71		1 676 430,71
Outras Despesas Correntes	86 787,14		86 787,14
Aquisição de Bens de Capital	9 907 786,51	3 233 828,28	13 141 614,79
Transferências de Capital	1 341 409,77		1 341 409,77
Ativos Financeiros	2 373 234,79		2 373 234,79
Total	22 248 447,80	3 233 828,28	25 482 276,08

Relativamente às garantias prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação não existem quaisquer responsabilidades.

III.7 – Informações relativas a políticas contabilísticas

Os critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os definidos no ponto 4 do POCAL, sendo as provisões para riscos e encargos determinadas pelo ponto 2.7.1 e as amortizações calculadas com base no ponto 2.7.2 do POCAL e pelo estabelecido no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril. Relativamente ao CIBE à que destacar o definido no artigo 34.º - Materialidade, onde é estabelecida uma taxa de amortização de 100% para os bens cujo valor de aquisição é inferior a 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime da função pública, que no ano de 2016 foi de €343,28 (80% significa €274,62).

Bens do domínio público

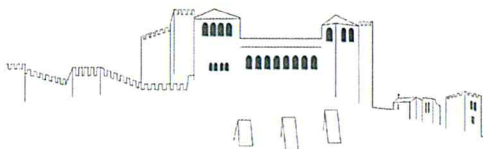
Os bens do domínio público são registados pelo custo de aquisição ou pelo valor atribuído pela Comissão de Avaliação.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes. As taxas de amortização aplicadas são as definidas no CIBE.

Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes. As taxas de amortização aplicadas são as definidas no CIBE, com a observância da materialidade, sendo definido um período máximo de cinco anos para as despesas de instalação, investigação e desenvolvimento (4.1.8 do POCAL).



Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou de produção. Quando se trata de imobilizações corpóreas obtidas a título gratuito, são utilizados dois procedimentos mediante a natureza do imobilizado. Nos bens móveis, ex. bens cedidos às escolas pelos Agrupamentos, se existir o documento de despesa, valoriza-se o bem de acordo com o custo, se não existir documento, o valor atribuído será zero. No caso dos bens imóveis, cedências de loteamentos, é a Comissão de Avaliação que atribui o valor.

Os bens são amortizados de acordo com o método das quotas constantes, às taxas fixadas no CIBE, respeitando o definido na materialidade.

Investimentos financeiros

Nos termos do disposto na Portaria n.º 474/2010, de 1 de Julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010, foi aplicado o Método de Equivalência Patrimonial como critério valorimétrico para as participações financeiras. De acordo com alínea c) do ponto 6.5 da Orientação n.º 1/2010, o Método de Equivalência Patrimonial aplica-se quando uma entidade pertencente ao grupo público exerce influência significativa sobre a gestão operacional e financeira de uma entidade.

Para efeitos de aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a Orientação n.º 1/2010 remete-nos para a NCRF n.º 13, publicada no Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro.

De acordo com o parágrafo 19 da NCRF n.º 13, uma entidade tem influência significativa se detiver 20% ou mais do poder de voto na entidade participada.

Existências

As existências estão valorizadas ao custo de aquisição. O custo é calculado da seguinte forma:

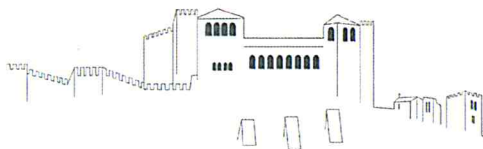
$$\boxed{\begin{array}{c} \text{Matérias-primas,} \\ \text{subsidiárias e de} \\ \text{consumo} \end{array}} - \boxed{\begin{array}{c} \text{Custo de aquisição e} \\ \text{despesas adicionais} \end{array}}$$

O critério de movimentação das saídas é o custo médio ponderado.

Acréscimos e diferimentos

Os proveitos e os custos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. Os subsídios ao investimento são contabilizados com a emissão da guia de recebimento.

(Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized 'A' at the top and several smaller initials below.)



Provisões

A constituição de provisões diz respeito às situações a que estejam associados riscos e que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não sendo a sua importância superior às necessidades. Assim, foram consideradas as cobranças duvidosas, a depreciação de existências e riscos e encargos.

Para efeitos de constituição de provisão para cobranças duvidosas, consideraram-se as dívidas de terceiros em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

O montante anual acumulado de provisão para cobertura destas dívidas é determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- 50% -Dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% -Dívidas em mora há mais de 12 meses.

Para efeitos de constituição da provisão para depreciação de existências, consideraram-se as existências em armazém há mais de um ano que não tiveram qualquer movimento de entrada e atualização de preços durante o ano de 2016. O montante anual acumulado de provisão resulta das diferenças entre o custo de aquisição e o preço de mercado, quando este for inferior àquele.

Para cálculo de provisões para riscos e encargos são considerados todos os pedidos de ressarcimento de danos por responsabilidade civil extracontratual e processos judiciais em que são solicitados e conhecidos os valores de indemnizações por danos materiais.

O apuramento de provisões para riscos e encargos inclui ainda valores calculados no âmbito dos art.º 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Dívidas de e a terceiros

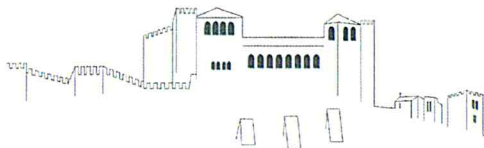
As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, sendo registadas em euros.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, sendo os mesmos expressos em euros.

Não existem elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas expressos em moeda estrangeira.

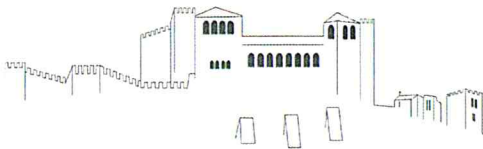
A informação contabilística relativa ao ano de 2016 é comparável com a prestada no exercício anterior, dado que foram mantidas as políticas contabilísticas e os princípios contabilísticos geralmente aceites.



III.8 – Informações relativas a determinadas rubricas

Os quadros seguintes descrevem os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo bruto, durante o exercício de 2016.

EUROS	ACTIVO BRUTO					Ano: 2016	Ano: 2015	
	Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações/ ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final	Saldo Final
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		51 521 540,24	0,00	3 234 157,47	0,00	7 487 431,29	62 243 129,00	51 521 540,24
Terrenos e recursos naturais		6 359 696,17	0,00	267 242,85	0,00	1 035 430,55	7 662 369,57	6 359 696,17
Edifícios		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas		21 772 989,10	0,00	2 339 958,24	0,00	6 452 000,74	30 564 948,08	21 772 989,10
Bens do património histórico, artístico e cultural		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101 297,73
Outros bens de domínio público		101 297,73	0,00	0,00	0,00	0,00	101 297,73	0,00
Imobilizações em curso de bens de domínio público		23 287 557,24	0,00	626 956,38	0,00	0,00	23 914 513,62	23 287 557,24
Adiantamentos por conta de bens de domínio público		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS		3 868 847,98	0,00	150 211,57	0,00	-129,17	4 018 930,38	3 868 847,98
Despesas de instalações		1 467 799,47	0,00	0,00	0,00	0,00	1 467 799,47	1 467 799,47
Despesas de investigação e de desenvolvimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos		2 021 520,96	0,00	150 211,57	0,00	-129,17	2 171 603,36	2 021 520,96
Planos e Projectos		119 197,03	0,00	0,00	0,00	0,00	119 197,03	119 197,03
Outras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas		260 330,52	0,00	0,00	0,00	0,00	260 330,52	260 330,52
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS		307 503 507,33	2 117 827,10	14 779 025,38	-149 902,55	-10 349 720,04	313 900 737,22	307 503 507,33
Terrenos e recursos naturais		11 678 925,59	2 046 155,00	1 188 621,20	-30 420,00	-2 352 777,71	12 530 504,08	11 678 925,59
Edifícios e outras construções		169 890 485,35	71 672,10	6 748 640,08	0,00	8 702 433,15	185 413 230,68	169 890 485,35
Equipamento básico		17 856 681,29	0,00	981 066,44	-36 959,53	348 966,78	19 149 754,98	17 856 681,29
Equipamento de transporte		1 508 988,63	0,00	20 132,87	-82 523,02	-7 500,00	1 439 098,48	1 508 988,63
Ferramentas e utensílios		153 139,42	0,00	1 874,99	0,00	-690,72	154 323,69	153 139,42
Equipamento administrativo		4 791 739,79	0,00	182 963,91	0,00	533 053,21	5 507 756,91	4 791 739,79
Taras e vasilhame		8 458,87	0,00	0,00	0,00	0,00	8 458,87	8 458,87
Outras imobilizações corpóreas		465 946,64	0,00	19 521,34	0,00	87 740,20	573 208,18	465 946,64
Imobil. em curso de imobilizações corpóreas		101 149 141,75		5 636 204,55	0,00	-17 660 944,95	89 124 401,35	101 149 141,75
INVESTIMENTOS FINANCEIROS		19 820 174,54	0,00	7 700,16	0,00	-4 610,21	19 823 264,49	19 820 174,54
Partes de capital		3 918 011,47	0,00	987,77	0,00	-4 610,21	3 914 389,03	3 918 011,47
Obrigações e títulos de participação (FAM)		3 322 528,79	0,00	0,00	0,00	0,00	3 322 528,79	3 322 528,79
Investimentos em imóveis		1 591 755,95	0,00	0,00	0,00	0,00	1 591 755,95	1 591 755,95
Outras aplicações financeiras		165 000,00	0,00	87,39	0,00	0,00	165 087,39	165 000,00
Imobilizado em Curso		10 822 878,33	0,00	6 625,00	0,00	0,00	10 829 503,33	10 822 878,33
TOTAL		382 714 070,09	2 117 827,10	18 171 094,58	-149 902,55	-2 867 028,13	399 986 061,09	382 714 070,09



Município de Leiria

Grupo Autárquico

Mapa das Amortizações e Provisões Consolidado - 2016

	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
De bens de domínio público	7 952 169,84	2 074 234,11	2 219 648,77	12 246 052,72
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios	-	-	-	-
Outras construções e infra-estruturas	7 951 879,22	2 073 735,91	2 219 648,77	12 245 263,90
Bens de património histórico, artístico e cultural	290,62	498,20	-	788,82
Outros bens de domínio público	-	-	-	-
De imobilizações incorpóreas	3 288 520,01	178 283,87	- 129,17	3 466 674,71
Despesas de instalação	1 467 799,47	-	-	1 467 799,47
Despesas de investigação e de desenvolvimento	-	-	-	-
Propriedade industrial e outros direitos	1 820 720,54	178 283,87	- 129,17	1 998 875,24
Planos e Projectos	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
De imobilizações corpóreas	8 155 345,66	6 556 932,84	- 178 107,56	87 932 279,94
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	6 138 838,06	5 014 283,21	35 506,00	66 188 627,27
Equipamento básico	14 639 938,66	1 117 188,48	- 156 837,28	15 600 289,86
Equipamento de transporte	1 385 412,66	37 535,99	- 88 987,30	1 333 961,35
Ferramentas e utensílios	142 849,18	4 131,17	- 690,72	146 289,63
Equipamento administrativo	3 884 230,06	34 170,43	30 831,20	4 256 765,64
Taras e vasilhame	7 887,35	45,64	-	7 932,99
Outras imobilizações corpóreas	354 298,69	42 043,97	2 070,54	398 413,20
De investimentos financeiros	240 101,95	18 815,19	-	258 917,14
Partes de capital	165 000,00	-	-	165 000,00
Obrigações e títulos de participação	-	-	-	-
De investimentos em imóveis	75 101,95	18 815,19	-	93 917,14
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	75 101,95	18 815,19	-	93 917,14
Outras aplicações financeiras	-	-	-	-
TOTAL	93 034 246,46	8 828 266,01	2 041 412,04	103 903 924,51

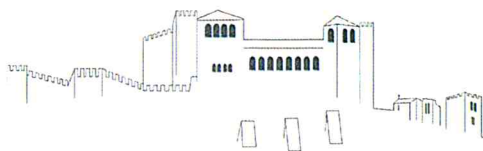
Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período – Não aplicável.

Montante dos ajustamentos de valor dos activos abrangidos na consolidação que tenham sido objecto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram – Não aplicável.

Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados, e os respectivos preços de mercado – Não aplicável.

Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado – Não aplicável.

Prestação de Contas Consolidadas 2016



Da análise ao quadro, conclui-se que houve um aumento de 9 recursos humanos, o que significa um acréscimo de cerca de 1% face ao ano anterior.

No que se refere às remunerações dos Órgãos Sociais do perímetro de consolidação, apenas foram atribuídas pela entidade consolidante aos membros dos órgãos autárquicos.

Entidade	Remunerações €
Município	243.570,29
SMAS	-
TJLS	-

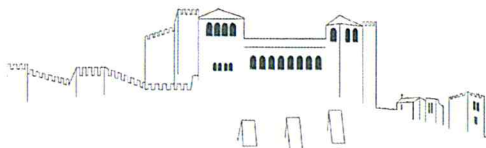
Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adoptados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação – Não aplicável.

Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações – Não aplicável.

Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior – Não aplicável.

O mapa infra demonstra a evolução das dívidas de terceiros do grupo consolidante.

Dívidas de terceiros	2013	2014	2015	2016
Empréstimos concedidos	360 000,00	360 000,00	360 000,00	360 000,00
Clientes c/c	929 583,71	662 140,45	68 046,21	85 815,51
Contribuintes c/c	803 246,62	748 582,04	208 527,43	279 849,20
Utentes c/c	1 967 265,54	2 086 433,58	2 654 725,64	2 918 788,60
Clientes de cobrança duvidosa	133 042,17	1 584 723,67	2 509 920,19	2 635 404,25
Estado e outros entes públicos	198 475,75	161 149,26	27 146,06	0,00
Outros devedores	1 647 789,85	2 416 844,94	2 098 238,69	2 012 311,48
Total	6 039 403,64	8 019 873,94	7 926 604,22	8 292 169,04



Município de Leiria

Grupo Autárquico

Os mapas seguintes demonstram o apuramento dos resultados financeiros e extraordinários consolidados.

Demonstração Consolidada dos Resultados Financeiros

Código das contas	2016	2015	Código das contas	2016	2015
681 - Juros Suportados	1 062 000,07	1 275 574,72	781 - Juros Obtidos	66 245,60	72 292,12
682 - Perdas em Entidades Participadas	-	-	782 - Ganhos Em Entidades Participadas	-	-
683 - Amortizações Investimentos em Imóveis	18 815,19	16 519,69	783 - Rendimentos de Imóveis	3 036 502,08	3 021 516,68
684 - Provisões Para Aplicações Financeiras	-	-	784 - Rendimentos de Participações de Capital	279 196,22	417 711,49
685 - Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	-	-	785 - Diferenças de Câmbio Favoráveis	-	-
687 - Perdas na Alienação de Aplicações de Tesouraria	-	-	786 - Desc. de Pto. Pagamento Obtidos	-	163,47
688 - Outros Custos e Perdas Financeiras	102 875,16	88 721,41	787 - Ganhos na Alien. Aplic. Tesouraria	-	-
RESULTADOS FINANCEIROS	2 226 377,55	2 173 648,41	788 - Outros Prov. E Ganhos Financeiros	28 124,07	42 780,47

Demonstração Consolidada dos Resultados Extraordinários

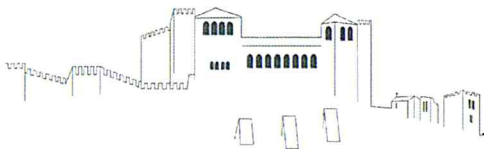
Código das contas	2016	2015	Código das contas	2016	2015
691 - Transferências De Capital Concedidas	1 794 329,16	1 515 033,39	791 - Restituição de Impostos	0,00	0,00
692 - Dívidas Incobráveis	0,00	0,00	792 - Recuperação de Dívidas	0,00	0,00
693 - Perdas Em Existências	28 735,50	33 121,77	793 - Ganhos em Existência	24 166,79	49 298,18
694 - Perdas Em Imobilizações	2 323 029,15	81 413,72	794 - Ganhos Imobilizações	778 819,45	195 891,59
695 - Multas E Penalidades	240,00	409,88	795 - Benefícios Penal. Contratuais	199 952,07	209 476,92
696 - Aumentos Amortiz. Provisões	1 957,88	0,00	796 - Reduções Amort. Provisões	5 126 390,15	7 051 998,54
697 - Correções Rel. Exerc. Anteriores	327 952,75	1 170 789,28	797 - Correções Relat. Exer. Anteriores	238 341,70	329 088,53
698 - Outros Custos E Perdas Extraordinários	78 151,73	54 884,83	798 - Outros Prov. Ganhos Extraordinários	3 658 380,05	3 571 086,24
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	5 471 654,04	8 551 187,13			

No exercício de 2016, do grupo autárquico municipal, as provisões tiveram os seguintes movimentos:

Conta	Provisões	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19 Aplicações de tesouraria		-	-	-	-
29.1 Cobranças duvidosas		2 029 915,19	88 516,88	68 199,51	2 050 232,56
29.2 Riscos e encargos		11 467 072,07	793 640,02	5 055 952,77	7 204 759,32
39 Depreciação de existências		5 375,93	933,12		6 309,05
49 Investimentos financeiros		165 000,00	-	-	165 000,00
Total		13 667 363,19	883 090,02	5 124 152,28	9 426 300,93

Relativamente às provisões para cobranças duvidosas não se verifica uma variação acentuada, sendo apenas de €20.317,37, que se traduz num aumento de cerca de 1% face ao exercício anterior.

Prestação de Contas Consolidadas 2016



Verifica-se uma redução das provisões para riscos e encargos, que decorre essencialmente da anulação da provisão relativa ao Processo 952/11.5BELRA do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, cujo impugnante era a empresa municipal Leirisport – Desporto, Lazer e Turismo de Leiria, tendo o Município sido notificado, em 27 de setembro de 2016, da decisão de julgar extinta a instância por inutilidade superveniente da lide. Não foi constituída qualquer provisão ao abrigo do artigo 16º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAEPL), pois as entidades abrangidas por este artigo não apresentaram perdas de exploração. No entanto, foi considerada provisão de €360.000,00 relativamente ao empréstimo concedido pelo Município à GestinLeiria.

As provisões para depreciação de existências tiveram em conta em existências em armazém, há mais de um ano, que não tiveram qualquer movimento de entrada e a atualização de preços à data de 31 de dezembro. Tendo em conta que o grupo autárquico usa, para valorização das existências, o método do custo médio ponderado, verifica-se que a maioria dos bens se encontra valorizado correctamente, daí o montante provisionado.

Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos – Não aplicável.

Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas – Não aplicável.

III.9 – Informações diversas

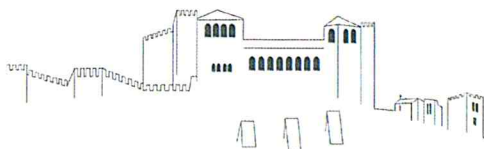
Dívida Total Consolidada

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFAL) veio, no seu art.º 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne o endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais, que engloba entidades para além das que fazem parte do perímetro de consolidação, regendo-se pelos seguintes normativos:

Relativamente ao perímetro de consolidação não é correto assumir-se que o mesmo corresponde obrigatoriamente ao perímetro das entidades relevantes para efeitos de apuramento dos limites dívida total, isto, designadamente, porque:

- As entidades intermunicipais e associativas municipais relevam, em todos os casos, para o limite da dívida total dos municípios que as integram (em regra, a respetiva dívida de operações orçamentais é imputada de forma proporcional à quota do município para as suas despesas de funcionamento) e são entidades mãe ou consolidantes, pelo que nunca integramos perímetros de consolidação de qualquer município;

Prestação de Contas Consolidadas 2016



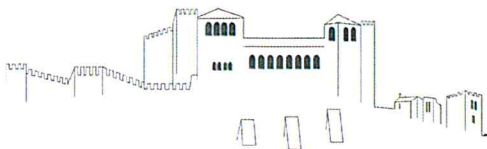
- As empresas locais relevam sempre (independentemente da percentagem de participação) para o perímetro de consolidação das entidades mãe ou consolidantes que participem no seu capital (conforme artigos n.º 75º, n.º 6, do RFALEI), quando a respetiva dívida (equivalente à de operações orçamentais ao nível do município) só é considerada, na percentagem da participação, para efeitos do limite da dívida total dos municípios se não apresentarem equilíbrio de contas (conforme artigo n.º 54º, n.º 1, al. c), do RFALEI e artigos 40º e 41º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto);
- As cooperativas e fundações podem relevar para o perímetro de consolidação das entidades mãe ou consolidantes que sejam cooperantes ou fundadores, desde que se verifiquem, ou que se presuma existir, elementos de poder ou de resultado (conforme artigo n.º 75º, n.º 4, al. c), e n.º 5 do RFALEI), sendo a respetiva dívida (equivalente à de operações orçamentais ao nível do município) sempre considerada, na percentagem de participação, para efeitos do limite da dívida total dos municípios (conforme artigo n.º 54º, n.º 1, al. d), do RFALEI);
- Finalmente, as empresas participadas (artigo n.º 3º e 51º e seguintes da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto) nunca serão incluídas no perímetro de consolidação das entidades consolidantes (pois, neste caso, não é susceptível existir controlo ou presunção de controlo por parte do setor local), mas a respetiva dívida pode relevar, nos mesmos termos das empresas locais, para o limite da dívida total dos municípios participantes.

Assim, não se podem confundir ou pretender que sejam idênticos os perímetros das entidades relevantes para o limite da dívida total dos municípios e para a sua consolidação de contas ou das entidades intermunicipais e associativas municipais.

Face ao exposto e tendo em conta os dados publicados pela DGAL, o limite da dívida total para 2016 é €106.464.567,00, como se demonstra no quadro seguinte:

Receita Corrente Líquida	Valores €
Ano 2013	66.868.834,00
Ano 2014	69.711.956,00
Ano 2015	76.348.344,00
Média dos 3 anos	70.976.378,00
1,5 vezes a Média	106.464.567,00

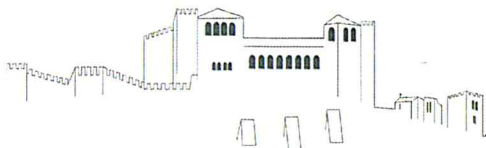
Para efeitos de apuramento da receita corrente líquida cobrada do ano dos Municípios é somada a receita corrente líquida cobrada pelos respetivos Serviços Municipalizados. Por forma a não se verificar uma duplicação da receita considerada, são expurgadas do apuramento, a receita corrente líquida cobrada pelo Serviço Municipalizado ao Município e a receita corrente líquida cobrada pelo Município ao Serviço Municipalizado, em cada um dos anos.



De notar que o limite apresentado é o global previsto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo que, para os Municípios cujo valor da dívida total a 31 de dezembro de 2016 seja inferior ao valor aqui apurado, a sua margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ou seja "...só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios".

De acordo com o explanado, a dívida total das operações orçamentais das entidades consolidadas é de €46.277.100,23. O quadro seguinte demonstra a desagregação da dívida total a terceiros cujo montante ascendo a €48.127.227,80.

Descrição	Município	SMAS	TJLS	Total
Total das Dívidas a Terceiros (a)	45 550 291,09	2 498 347,33	78 589,38	48 127 227,80
Contribuição do Município para o FAM (b)	2 373 234,79	-	-	2 373 234,79
Dívida Não Orçamental - Operações de Tesouraria (c)	1 198 277,51	650 178,10	1 671,96	1 850 127,57
Dívida Total das Operações Orçamentais sem FAM (d=a-b-c)	41 978 778,79	1 848 169,23	76 917,42	43 903 865,44



★ ★ ★ ★ ★ ★ ★

IV. Relatório de Gestão Consolidado

★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★

[Handwritten signature]

A.

[Handwritten signature]

F

Ac

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

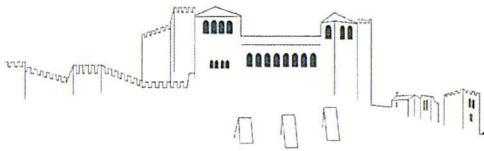
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
ICert.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



IV - Relatório de Gestão Consolidado

Enquadramento

A consolidação de contas apresenta-se como uma ferramenta de gestão que tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem apropriada e verdadeira da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo uma análise e avaliação das políticas públicas locais.

De acordo com a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), tendo em conta as normas previstas na Portaria 474/2010, de 15 de junho, através da qual é aprovada a orientação n.º 1/2010, que estabelece um conjunto de princípios que devem estar subjacentes à consolidação e contas e face às instruções do grupo de trabalho SATAPOCAL, as entidades que, para além do Município, fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Autárquico são as empresas do setor empresarial local detidas na totalidade e os serviços municipalizados.

Entidades a consolidar

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA

Os SMAS de Leiria, têm como principal atividade a captação, tratamento e distribuição de água para consumo doméstico, industrial, comercial, público e outro. Prestação de serviços de saneamento com recolha e transporte de águas residuais.

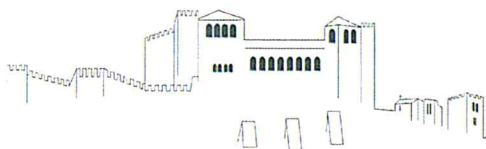
TEATRO JOSÉ LÚCIO DA SILVA

O Teatro José Lúcio da Silva tem como principal atividade a produção de espetáculos e atividades culturais. Esta entidade foi considerada como um serviço municipalizado no processo de consolidação.

Síntese da Atividade Consolidada

Balanço

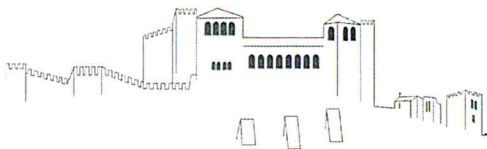
O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Autárquico à data de encerramento do exercício de 2016, dando a conhecer, por um lado, o Activo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua



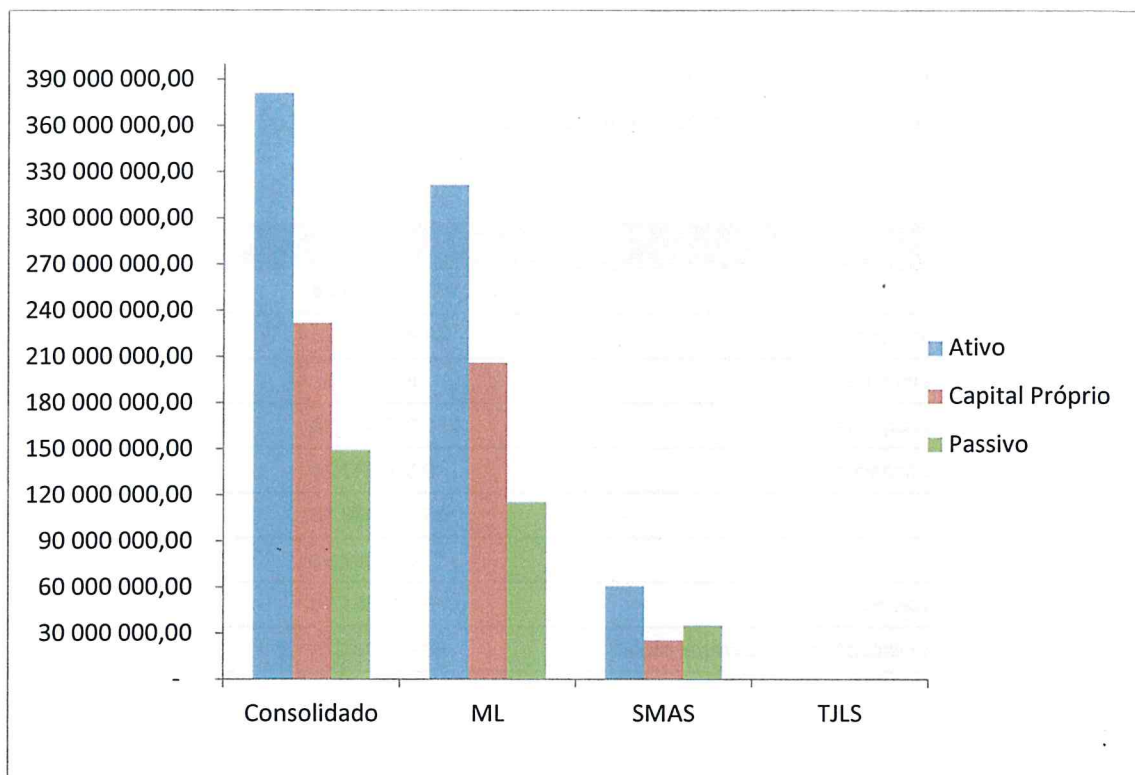
estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e o Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem dos fundos.

Relativamente ao ano de 2016, o ativo consolidado cifra-se em €381.543.584,25, o passivo consolidado em €149.385.412,23 e os fundos próprios do grupo autárquico totalizam €232.158.172,02.

Balanço Consolidado	2016	2015
Ativo	381 543 584,25	358 116 242,44
Ativo Fixo	296 082 136,58	289 679 823,63
Bens do domínio público	49 997 076,28	43 569 370,40
Imobilizações incorpóreas	552 255,67	580 327,97
Imobilizações corpóreas	225 968 457,28	225 950 052,67
Investimentos financeiros	19 564 347,35	19 580 072,59
Ativo Circulante	55 130 478,39	40 024 520,91
Existências	632 342,95	657 069,73
Dívidas de terceiros	5 864 351,70	5 896 689,03
Depósitos em instituições financeiras e caixa	48 633 783,74	33 470 762,15
Acréscimos e diferimentos	30 330 969,28	28 411 897,90
Fundos próprios	232 158 172,02	196 942 487,60
Património	114 653 103,90	101 221 272,03
Ajustamentos de partes de capital em associados	212 704,58	217 314,79
Reservas de reavaliação	163 047,40	163 047,40
Reservas legais	23 958 057,70	22 913 074,54
Reservas Livres	55 673,33	55 673,33
Subsídios	58 178,59	58 178,59
Reservas Doações	5 829 297,21	5 812 471,86
Reservas decorrentes da transferência de ativos	12 642 027,38	12 642 027,38
Resultados transitados	44 932 848,07	32 840 298,86
Resultado líquido do exercício	29 653 233,86	21 019 128,82
Passivo	149 385 412,23	161 173 754,84
Provisão para riscos e encargos	6 844 759,32	11 467 072,07
Dívidas a instituições de crédito de m/l prazo	38 679 291,76	46 227 388,19
Empréstimos de m/l prazo	36 780 703,92	42 997 269,83
Outros credores de m/l prazo	1 898 587,84	2 373 234,84
Fornecedores de imobilizado m/l prazo	0,00	856 883,52
Dívidas a terceiros - curto prazo	9 353 037,32	10 304 589,95
Acréscimos e diferimentos	94 508 323,83	93 174 704,63
Fundos próprios + Passivo	381 543 584,25	358 116 242,44



O gráfico seguinte mostra a composição do balanço, quer consolidado, quer das entidades individuais.



O resultado líquido consolidado de 2016 foi de €29.653.233,86, verificando-se um incremento face ao período homólogo, no montante de €8.634.105,04.

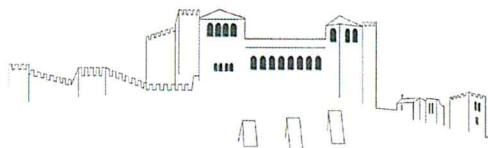
Demonstração de Resultados

A estrutura da Demonstração de Resultados Consolidada adequa-se ao previsto no POCAL, apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) do grupo durante o ano de 2016.

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingindo de forma a prognosticar a capacidade do grupo autárquico em gerir fluxos de caixa.

Analisando a estrutura dos Custos e Perdas do Grupo Autárquico, podemos, desde logo, constatar que são os fornecimentos e serviços externos e os custos com pessoal que mais contribuem para o seu total.

Do lado dos Proveitos verifica-se que a rubrica mais relevante é a dos Impostos/Taxas, no entanto, tanto as Vendas e Prestações de serviços, como as Transferências e Subsídios representam uma grande fatia dos proveitos do grupo autárquico.



O resultado líquido do exercício traduz uma capacidade do grupo autárquico em gerar proveitos para fazer face aos custos e criar margem para continuar a consolidar o investimento. Verifica-se que o resultado final do exercício tem a sua origem quer na atividade operacional, quer na atividade extraordinária do grupo consolidado.

CUSTOS		2016	2015	PROVEITOS		2016	2015
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		768 435,90	860 962,25	Vendas e prestações de serviço:		22 494 631,57	19 882 572,62
Fornecimentos e serviços externos		25 346 847,39	26 147 105,69	Impostos e Taxas		33 308 931,15	31 865 784,93
Custos com o pessoal:		15 543 381,82	15 685 875,62	Variação da produção		-	-
Transferências e Sub Corr Conc e Prest Sociais		2 858 410,98	1 424 262,36	Trabalhos para própria Entidade		72 816,50	86 967,28
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo		8 809 450,82	8 174 543,61	Proveitos suplementares		66 703,55	23 771,52
Provisões		883 090,02	9 087 555,85	Transferências e Subsídios		20 522 007,19	19 957 154,15
Outros custos operacionais		362 883,35	213 049,18	Outros proveitos e ganhos operacionais		62 612,59	71 397,34
Total A)		54 572 500,28	61 593 354,56	Total B)		76 527 702,55	71 887 647,84
Outros juros e custos similares		1 183 690,42	1 380 815,82	Outros juros e proveitos similares		3 410 067,97	3 554 464,23
Total C)		55 756 190,70	62 974 170,38	Total D)		79 937 770,52	75 442 112,07
Custos e perdas extraordinários		4 554 396,17	2 855 652,87	Proveitos e ganhos extraordinários		10 026 050,21	11 406 840,00
Total E)		60 310 586,87	65 829 823,25	Total F)		89 963 820,73	86 848 952,07
Imposto sobre o rendimento do exercício		-	-				
Total G)		60 310 586,87	65 829 823,25				
Resultado líquido do exercício consolidado		29 653 233,86	21 019 128,82				
		89 963 820,73	86 848 952,07				

Indicadores Económicos e Financeiros

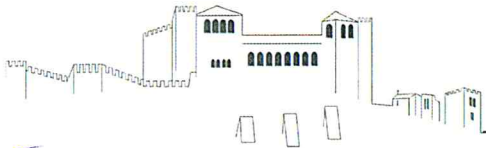
Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética que pelo facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação económica do grupo autárquico.

São geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento.

No entanto, no caso do grupo autárquico, há que ter em atenção que o activo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores do grupo consolidado permitem-nos ter uma perspectiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin of the page.



Município de Leiria

Grupo Autárquico

	Indicadores	2016	2015	2014	2013
Liquidez Geral	Activo circulante / Passivo Circulante	82,28%	66,14%	54,58%	21,02%
Liquidez Reduzida	Activo Circulante – Existências / Passivo circulante	81,68%	65,50%	53,87%	20,28%
Activo Circulante	Existências + Dívidas de terceiros + Disponibilidades + Acréscimos e diferimentos	85 461 447,67	68 436 418,81	56 143 146,65	20 909 491,87
Passivo Circulante	Dívidas a terceiros curto prazo + Acréscimos e diferimentos	103 861 361,15	103 479 294,58	102 868 306,38	99 459 154,17
Taxa de Cobertura activo circulante pelo Fundo Maneio	Fundo Maneio / Activo Circulante	57,65%	49,87%	41,79%	71,12%
Fundo Maneio	Existências + Disponibilidades	49 266 126,69	34 127 831,88	23 460 656,75	14 870 088,23
Endividamento	Dívidas a m/l e curto prazo / passivo total	32%	35%	39,00%	43,74%
Grau de dependência dos empréstimos m/l prazo	Empréstimos m/l / Activo Líquido	9,64%	12,01%	14,55	17,8
Autonomia financeira	Fundos Próprios / Passivo Total	1,55	1,22	1,05	95,3
Cobertura do imobilizado pelos capitais permanentes	Capitais Permanentes / Imobilizado Líquido	90,83%	82,83%	78,95%	77,23%
Capitais permanentes	Capital Próprio + Empréstimos m/l prazo	268 938 875,94	239 939 757,43	222 834 177,29	211 620 510,65
Imobilizado Líquido	Bens de domínio público + Imobilizado corpóreo e incorpóreo + investimentos financeiros	296 082 136,58	289 679 823,63	282 257 457,71	274 007 038,91

Da análise efetuada, verifica-se que, de uma forma geral, a evolução é positiva, tendo em conta que o rácio do endividamento diminuiu, face a 2015, em cerca de 3%, cifrando-se nos 32%.

Também a autonomia financeira evolui positivamente, apresentando valores superiores a 1, que significa que o Grupo Autárquico se caracteriza por uma fraca dependência do financiamento externo.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município de Leiria (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 381.543.584 euros e um total de fundos próprios de 232.158.172 euros, incluindo um resultado líquido de 29.653.234 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 e 2 na secção "Bases para a opinião com reservas", e excepto quanto aos efeitos da matéria referida no número 3 da mesma secção, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Município de Leiria em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

1. Não foi ainda terminada a inventariação completa dos bens de domínio público, de imobilizações corpóreas e de imobilizações em curso do *Município de Leiria* (entidade mãe), não sendo por isso possível confirmar a adequação dos valores registados contabilisticamente nestas rubricas, incluindo-se os das amortizações do exercício e das acumuladas, bem como da parcela de subsídios ao investimento que seria imputada aos resultados caso fossem praticadas as correspondentes amortizações.
2. Relativamente à conta de Clientes dos SMAS, devido às limitações no registo e identificação dos saldos dos clientes na contabilidade e na plataforma do Sistema Comercial de Gestão de Água (UBS), verificámos a existência de divergências não justificadas, pelo que não nos é possível validar os referidos saldos, nem nos pronunciar sobre a sua cobrabilidade. Esta limitação implica também a impossibilidade de apurar o montante de clientes de cobrança duvidosa, à data de 31 de dezembro de 2016, e consequentemente de proceder à constituição da respetiva provisão.

A.

J
Aa

fy
rcal.



3. Solicitámos aos SMAS que circularizassem Clientes, Fornecedores e Outros devedores e credores. Decorrente dos testes efetuados às reconciliações dos saldos destas contas, verificámos a existência de uma divergência resultante de uma fatura da SIMLIS, S.A. (integrada nas ÁGUAS DO CENTRO LITORAL, S.A.), não contabilizada pelos SMAS, no montante de 625.453 euros.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

ÊNFASE

De acordo com o Balanço em 31 de dezembro de 2016, o capital próprio do TEATRO JOSÉ LÚCIO DA SILVA é de 182.645 euros, encontrando-se perdida mais de metade do respetivo capital. Tratando-se de uma Entidade pertencente ao Município de Leiria, considera-se não estar em causa a continuidade de operações.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

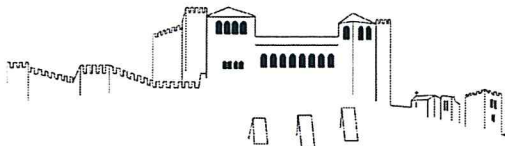
SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, xx de xxxx de 2017

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus ROC nº 1056



CERTIDÃO

----- José da Silva Alves, Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, em exercício, certifica que, ao abrigo do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25 do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Leiria, em sua sessão ordinária de 30 de junho de 2017, deliberou por maioria, com 13 votos contra e 6 abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de Leiria contida em sua deliberação de 6 de junho de 2017, cujo teor se dá por transcrito e, em consequência, aprovar os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2016 do Grupo Autárquico do Município de Leiria.---

----- Por ser verdade, é emitida a presente certidão para ser junta ao processo administrativo, tendo a deliberação sido aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Leiria, aos 03 dias do mês de julho do ano de 2017.

O Presidente da Assembleia Municipal, em exercício

José da Silva Alves

Handwritten text, possibly a signature or stamp, located in the lower center of the page. The text is illegible due to blurriness.



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
CARLOS DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREINHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILACA

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

À Assembleia Municipal de Leiria,

1. Nos termos da legislação aplicável, cumpre ao Revisor Oficial de Contas emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Leiria, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.
2. Ao longo do exercício, o Revisor Oficial de Contas desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes. Da *Câmara Municipal de Leiria* o Revisor Oficial de Contas recebeu todos os esclarecimentos e informações solicitados.
3. Em consequência do trabalho efetuado, entendemos dever recomendar a clarificação do estatuto jurídico do TEATRO JOSÉ LUCIO DA SILVA, face às obrigações contabilísticas, tributárias ou outras a observar.
4. No encerramento do exercício foram-nos presentes pela *Câmara Municipal de Leiria* os documentos de prestação de contas consolidadas.
5. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, desenvolvemos os procedimentos adequados e emitimos a Certificação Legal das Contas consolidadas, que deve ser entendida como completando este relatório.
6. **Parecer**

Face ao que antecede, o Revisor Oficial de Contas é de parecer que os documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Leiria referentes ao exercício de 2016, se apresentam elaborados de acordo com os princípios de consolidação previstos na Orientação n.º 1/2010, aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de Julho, incluindo o que se contém na certificação legal das contas consolidadas.

7. Finalmente, o Revisor Oficial de Contas deseja agradecer à *Câmara Municipal de Leiria* e aos seus Serviços toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 9 de junho de 2017

O FISCAL ÚNICO

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por
Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056

